

Pesquisa-Ação: lembretes de princípios e de práticas

Action research: reminders of principles practices

Maria Amélia Santoro Franco

Universidade Católica de Santos

Resumo: Trata-se de um ensaio baseado em trabalhos anteriores de pesquisa-ação e tem por finalidade responder a questão: quais os princípios básicos para que uma pesquisa possa ser considerada dentro da rubrica pesquisa-ação? Para tanto utiliza referências de autores nessa modalidade de ensino e sugere sete passos para encadear procedimentos práticos mínimos

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Metodologia. Pesquisa-Ação Pedagógica

Abstract: This is an essay based on previous action research papers and aims to answer the following question: what are the basic principles for a research project to be labeled as action research? To do so, it refers to authors related to this teaching model and suggests seven steps to sequence elementary practical procedures.

Keywords: Action research. Methodology. Pedagogical Action Research

Apontamentos iniciais

O texto que apresento aqui decorre de múltiplas demandas que surgem de novos pesquisadores para que eu organize uma orientação mais precisa a partir da epistemologia da pesquisa-ação. Mestrandos e doutorandos me perguntam insistentemente em relação a esta forma de pesquisar: **Posso usar? Devo usar? Como usar?** Essa demanda já é antiga e até reproduzo aqui a introdução de um artigo onde pretendi elaborar uma pauta mínima para os princípios que precisam estar presentes na construção e práxis desta forma de investigação.

Eu afirmava (FRANCO, 2014) que, desde que escrevi o texto *Pedagogia da pesquisa-ação* (FRANCO, 2005), tenho recebido muitas solicitações para emitir orientações, sugestões e alternativas em trabalhos com pesquisa-ação em diferentes práticas sociais. Reafirmei que tal situação me traz bastante alegria, proporciona-me muitas reflexões e aprendizagens; coloca-me em contato e parceria com muitos pesquisadores e me faz perceber as amplas possibilidades deste modo investigativo nos mais diversos ambientes educativos.

Desta prática interativa vou percebendo as dúvidas, os titubeios e as dificuldades que o pesquisador encontra ao buscar trabalhar/investigar/ interpretar com os outros; querer que esse ‘outro’ faça parte de comunidades já constituídas ou de grupos em formação ou, ainda, com pessoas que vão se constituir em grupo.

Continuo percebendo que, na pressa ou por hábito de práticas anteriores ou mesmo inexperiência, alguns pesquisadores produzem equívocos que deturpam o sentido de pesquisa-ação e isso me preocupa, uma vez que, se determinados princípios epistemológicos não forem respeitados, a pesquisa-ação deixa de ser assim considerada, passando a ser apenas uma ação pedagógica pesquisada.

Realço sempre: uma pesquisa-ação não é uma ação pedagógica simplesmente realizada, muitas vezes, com esmero e dedicação. Para ser pesquisa-ação, como vou evidenciar à frente, é necessário que pesquisadores e participantes da prática estejam imbricados no mesmo projeto e cientes de que realizam uma pesquisa.

Quando a pesquisa-ação é realizada sem vínculos com a pesquisa coletiva de sujeitos, ela corre o risco de transformar suas possibilidades emancipatórias, em mais um instrumento domesticador das consciências e das liberdades individuais e pode perder a oportunidade de formação de pessoas na direção da partilha, da solidariedade, do trabalhar junto e da produção coletiva de conhecimentos. Naquele momento eu citava dois e-mails para referendar alguns desses equívocos comuns:

- a) Uma professora universitária, preparando-se para fazer o doutorado, realizando seu projeto de pesquisa, assim me pergunta:

Professora, estou elaborando meu projeto para seleção de doutorado e a princípio utilizei a pesquisa-ação para desenvolvê-lo. No entanto li seu artigo: Pedagogia da pesquisa-ação e fiquei em dúvida se devo realmente optar por este caminho, pois os sujeitos de minha **pesquisa ainda não conhecem o projeto que vou aplicar com eles e não houve nenhum desejo por parte dos sujeitos** e fico temerosa de me equivocar se optar por essa perspectiva... (Professora A, grifos meus).

- b) Uma professora de uma universidade particular que está trabalhando com formação em serviço de professores expõe suas dúvidas:

Professora Maria Amélia: estou em dúvida sobre uma pesquisa-ação que realizei com o grupo de professores de minha universidade. Meus colegas de doutorado dizem que leram seu artigo (Pedagogia da pesquisa-ação) e consideram que eu não fiz pesquisa-ação, porque os meus sujeitos **não participaram do meu projeto**. No entanto fiz esse projeto pensando neles e nas dúvidas que eles têm ao dar aula. **Daí montei um curso e dei para eles** através de aulas onde solicitava a participação deles. (Professora B, grifos meus)

Acrescento outros exemplos, extraídos de duas mensagens mais atuais:

- c) A pesquisadora realizava sua dissertação de mestrado e fui chamada para o Exame de Qualificação. O projeto referia-se a uma série de aulas que a professora com cuidado preparou para alunos do curso de engenharia de forma que os mesmos apresentassem “circuitos de discussão” e análise de projetos de forma coletiva. O curso pedagogicamente estava muito bem montado, totalmente planejado e organizado pela professora, produziu uma participação maior dos alunos na aula, no entanto, apesar de pedagogicamente muito bem estruturado, não era uma pesquisa coletiva! Era um relato de uma **ação pedagógica bem sucedida!**
- d) Era também uma dissertação de mestrado, era também um trabalho com a prática:

Uma coordenadora pedagógica de uma escola pública utilizando-se do espaço das HTPCs, propôs dez textos para serem lidos e discutidos em grupo de professores durante um semestre letivo. Todas as professoras deveriam ler os textos e cada uma deveria aplicar em suas práticas o que compreenderam das leituras e debater/refletir com as colegas. Foi uma ação pedagógica importante, no entanto, as professoras nem puderam escolher os

textos que liam, assim, a aplicação da/na prática foi apenas formal. Poderia ter se transformado em pesquisa-ação, **no entanto faltou trabalhar o desejo de estarem pesquisando juntas.**

Esses são apenas alguns exemplos do que venho observando e que me instiga a escrever, de um jeito talvez mais pontual, sobre alguns princípios que precisam ser respeitados, de forma que uma pesquisa possa ser considerada uma pesquisa-ação.

Quer fazer uma P-A? Ponderações iniciais

1. Primeiro Passo: Aprofunde a teoria

Como já afirmei, esse texto é técnico e vou construí-lo como se estivesse orientando um mestrando ou doutorando. A primeira coisa que precisa fazer é saber exatamente onde se insere epistemologicamente essa forma de pesquisar: reflita com os autores da área os rompimentos que a P-A fez/está fazendo com outras formas de pesquisar. Pergunte especialmente: por que minha pesquisa necessita ser realizada com os sujeitos da prática na perspectiva da P-A? Repense: há apenas um modo de fazer essa pesquisa ou ela comporta uma diversidade de abordagens e práticas? Como surgiu a P-A? Como se transformou no tempo? Algumas dessas questões eu procurei abordar quando realizei um dossiê sobre pesquisa-ação em 2005, para a revista Educação e Pesquisa, da FEUSP. No meu artigo sobre Pedagogia da Pesquisa-Ação, realço o caráter formativo, portanto pedagógico desta forma de pesquisa; trago comigo nesta revista uma série de autores, que à época ainda eram desconhecidos como autores da pesquisa-ação.

Dentre esses destaco: Gilles Monceau escreve um artigo *Transformer les pratiques pour les connaître : recherche-action et professionnalisation enseignante*, onde discute as implicações entre a pesquisa-ação e a prática docente, interrogando-se sobre as possibilidades dessa forma de pesquisa em contribuir para a profissionalização do professor, já que se trata de um procedimento que atua no coletivo dos profissionais.

Rafael Ávila Penagos no texto *La producción de conocimiento en la investigación acción pedagógica (LAPE). Balance de una experimentación*, argumenta, baseado em trabalhos recentes que vem desenvolvendo, que o princípio fundamental para a operacionalização de uma investigação-ação pedagógica (IAPE) é o da reflexividade; assim sendo, qualquer proposta nesta direção deverá se organizar para produzir condições para o exercício da reflexão coletiva.

Selma Garrido Pimenta, em *Pesquisa–Ação Crítico-Colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente*, analisa, com base em duas experiências que coordenou junto a equipes pedagógicas da Universidade com escolas públicas no estado de São Paulo, o processo de re-configuração do sentido e do significado da pesquisa-ação enquanto pesquisa crítico-colaborativa.

David Tripp, professor da Murdoch University, na Austrália escreveu o artigo: *Action research: a methodological introduction*. Neste trabalho o professor australiano, pautado em diversos estudos que tem realizado com a pesquisa-ação, analisa as possibilidades metodológicas desta forma de investigar. A partir de onze características dessa metodologia, o autor vai traçando um contínuo entre uma ação que se realiza, uma ação que se pesquisa e uma pesquisa-ação de cunho científico. Considera diferentes tipologias de pesquisa-ação e comenta as dificuldades de um relatório científico desse processo investigativo.

Marília Gouvea de Miranda professora na Faculdade de Educação da UFG e Anita C. Azevedo Resende, professora na Faculdade de Educação da UFG e do Departamento de Psicologia da UCG, no artigo *Sobre a pesquisa-ação e as armadilhas do praticismo*, discutem as potencialidades e os limites da pesquisa-ação, alertando o leitor para as armadilhas do *praticismo* e da instrumentação da teoria.

Essa compilação de artigos eu a fiz para que os pesquisadores iniciantes em pesquisa-ação pudessem compreender as potencialidades e diversidades investigativas contidas nesta forma de pesquisar. Como há ainda muitos outros autores não citados aqui, para efeito de potencializar meu espaço de escrita, eu os oriento a olhar a bibliografia de cada um desses artigos e ir, numa *rodada de aprofundamento crítico*, ampliar os estudos teóricos tendo por base as bibliografias que os autores utilizaram. Faça um *mapa conceitual* de tudo que aprendeu nessa leitura e identifique a abordagem teórica que mais ajudará você no processo.

Assim fica decidido o primeiro passo: aprofundar a teoria

2. Segundo Passo: Uma definição mínima

Considerando-se que há várias perspectivas investigativas articuladas à gênese e ao desenvolvimento da pesquisa-ação, será importante que partamos de uma definição dos parâmetros nos quais sua investigação ocorrerá. Faça com seu orientador, após analisar as diversas balizas teóricas, uma definição abrangente de como você trabalhará sua pesquisa.

Vou partir de uma proposta que considero bem abrangente e que funciona como um guarda-chuva que absorve várias perspectivas de práticas

investigativas. Vou fazer uma adaptação/ampliação da proposta de Lavoie, Marquis e Laurin (1996), quando definem os 5 requisitos básicos para uma pesquisa constar como P-A:

- 1) A pesquisa-ação é uma pesquisa de caráter social e formativo, associada a uma estratégia de intervenção/formação e que evolui durante o processo, atendendo à dinâmica do contexto social em que se insere.
- 2) Essa pesquisa apoia-se no pressuposto de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas, numa perspectiva dialética de múltiplas determinações entre sujeitos e pesquisadores, sendo todos os participantes considerados coautores do conhecimento que se produz durante a pesquisa.
- 3) A pesquisa terá necessariamente objetivos formativos e poderá estar focada em diferentes perspectivas: a compreensão das práticas; a conscientização dos lugares ocupados na prática; a resolução de problemas que são considerados pelos participantes como obstrutores da prática; a transformação das condições sociais das práticas na direção proposta pelo coletivo.
- 4) A pesquisa-ação deverá ter sempre a preocupação com a produção coletiva e socializada de conhecimentos, daí seu caráter formativo; no entanto, há conhecimentos que podem ter caráter ou interesse específico para o pesquisador e/ou algum membro do grupo, que podem, em sua perspectiva construí-los com base na pesquisa e socializá-los posteriormente.
- 5) A pesquisa-ação deve ser flexível, ajustar-se progressivamente às demandas do processo e trabalhar na esfera da imponderabilidade. Ela não pode ser prevista de começo ao fim; no entanto, e isso é muito importante, **deve começar com uma questão-problema, que seja uma questão coletiva**; que seja uma questão perseguida por todos os participantes, e não apenas pelo pesquisador.
- 6) Pesquisadores e sujeitos formam um coletivo investigador; sendo que cabe ao pesquisador realizar as sínteses provisórias de cada etapa do processo; socializá-las com o grupo; buscar compreender as sínteses de cada participante.

7) As espirais cíclicas, tal qual proposta por Lewin (1948), com algumas adaptações feitas por vários pesquisadores (THIOLLENT, 1985; FRANCO, 2015), dentre muitos, são fundamentais para os processos de flexibilização da pesquisa; envolvimento dos participantes e formação mútua dos sujeitos.

8) As sessões de pesquisa devem conter alguma forma de registro: gravações; narrativas; filmagens etc. e principalmente, fazer-se acompanhar de um **diário de bordo: registro dos passos, das observações, dos momentos críticos; das tensões; das contradições; das negociações; das avaliações etc.**

Então está registrado o segundo passo: muna-se de balizas teóricas, tenha uma questão prévia de investigação e vá a campo com um diário de bordo.

3. Terceiro Passo: Chegar ao grupo de pesquisa

Refiro-me à construção da dinâmica do coletivo: a importância da justificativa da pesquisa e a construção coletiva do “nós” (o grupo).

Todos os manuais a respeito das fases/etapas da pesquisa-ação sugerem que o trabalho se inicie com um diagnóstico da situação para posterior planificação da ação a ser empreendida. No entanto, considero impossível o trabalho formal de diagnóstico e/ou planejamento de ação quando ainda, pesquisador e grupo, não se colocam como um grupo de pesquisadores que estamos juntos para elaborar uma tarefa coletiva.

Não é nada fácil a um pesquisador adentrar em um grupo de pesquisa ou organizar um grupo para realizar sua pesquisa. Por isso, muitas vezes opta-se por grupos onde o pesquisador já frequenta. Mas isso cria um grande empecilho: como rever a relação que já tenho com o grupo? Como me reinventar no grupo como pesquisador? Como trabalhar relações horizontais quando eu mesmo sou o administrador/gestor do grupo ou docente da sala de aula?

É necessário lembrar que todo grupo já tem sua estrutura e dinâmica próprias. O grupo já está estruturado, possui uma expectativa de papéis própria e o, pesquisador, de início **não faz parte deste grupo**. Se já faz parte do grupo como vai procurar distanciamentos?

Como pode o pesquisador empreender mudanças num grupo que já lhe pertence? Essa é uma grande dificuldade e seu orientador poderá ajudá-lo. Mas veja que é muito difícil chegar no grupo e começar a pesquisar.

Como chegar e imediatamente começar a pesquisar? Há que se ter um “aquecimento coletivo” que antecede o trabalho de pesquisa propriamente dito. Muitas estratégias podem ser pensadas; há necessidade de que o pesquisador saiba um pouco da origem desse grupo; da estabilidade ou não de seus componentes; da expectativa institucional e é fundamental que o pesquisador tenha alguma forma de autonomia para trabalhar e poder explicitar claramente ao grupo, o papel que ali ocupa. Aqui há um problema fundamental a se definir e eu denomino de *justificativa da pesquisa*. Por que estou pesquisando? A instituição me contratou para essa pesquisa? Faço parte do grupo que pesquiso? Fui chamada por meus pares para essa tarefa? Tenho observado que, quando o pesquisador é chamado pelo pares para realizar a pesquisa, a situação torna-se muito favorável para o desenvolvimento de uma cultura colaborativa. Quando, ao contrário, o pesquisador é contratado pela instituição, há muita resistência do grupo em aceitar a tarefa colaborativa. Realço que o esclarecimento desse papel é fundamental ao trabalho.

4. Quarto passo: Identificar o coletivo

É um trabalho difícil o aquecimento para trabalhar no coletivo: como construir o clima de camaradagem? O humor partilhado? A franqueza mútua? Como identificar resistências? Como superar o jogo do silêncio e o apego às atitudes defensivas, o embaraço, a vergonha, a timidez? Tenho um trabalho coletivo, com Franco, Bidart e Pontes (2008) onde discutimos essa questão: como romper o silêncio e começar a trabalhar no coletivo? E aqui chegamos ao quarto passo: fazer-se um grupo com o coletivo; romper resistências e silêncios.

5. Quinto passo: Vamos construir contrato de ação coletiva

Para o estabelecimento de um contrato de ação coletiva, o pesquisador deve esclarecer, junto ao grupo, questões referentes à ética da pesquisa, compromissos com a ação coletiva; finalidades do trabalho que irão desenvolver.

Esse contrato, como toda pesquisa, é flexível e pode sofrer alterações em todo processo. O passo anterior também, ou seja, a *construção da dinâmica do coletivo* tem uma ênfase grande no início da pesquisa, mas deve continuar em processo de melhoria e aprofundamento, até para depois da pesquisa terminada.

Um contrato de trabalho coletivo é fundamental, indo desde a definição de dia, hora e local de encontros, que são condições ligadas à infraestrutura, até a definição dos princípios éticos que permearão as etapas. Todas as condições devem ser discutidas e consensuadas. As regras claras e a coparticipação diminuem as defesas e vão gradativamente abrindo espaços para um clima de confiança e colaboração. É nesta fase que a questão da pesquisa toma uma forma mais

operacional. Ou seja, a questão de pesquisa deve ser discutida com o grupo e todos os participantes devem ter claro o papel que lhes cabe nesta investigação. Todos precisam estar envolvidos.

Cumprido o quinto passo, ou seja, o contrato estabelecido após o aquecimento grupal, a questão de pesquisa definida é hora enfim de começar a trabalhar no objeto mesmo da pesquisa.

6. Sexto passo: O trabalho pedagógico da pesquisa

Diz Barbier (2002, p 117) que o verdadeiro espírito da pesquisa-ação consiste em sua *'abordagem em espiral'*. Significa que “todo avanço em pesquisa-ação implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente sobre a ação”.

O pesquisador precisa produzir com o grupo uma reflexão permanente e considero que a reflexão contínua é a essência do caráter pedagógico desse trabalho de investigação. Refletindo e participando coletivamente, abre-se o espaço para se formar sujeitos pesquisadores.

O trabalho de pesquisa deve incluir espaços para o imponderável. Não há etapas fixas; há um contínuo planejar; refletir; registrar e discutir os avanços; socializar as compreensões.

Esse processo funcionará bem quando se der um tempo para a reflexão ser interiorizada, ser compreendida coletivamente, organizar-se de forma livre e crítica. Incorporar a reflexão à prática coletiva é um processo muito lento, progressivo e que deve ir fluindo gradativamente. Esse processo que permeia toda pesquisa-ação é muito demorado, exige o tempo de cada um. Há que se dar um tempo para amadurecer novos olhares, sentimentos de dissonâncias, aberturas e defesas ao novo. Por isso sempre recomendo: a pesquisa deve continuar após a finalização do trabalho de mestrado ou doutorado; os sujeitos da pesquisa, ou alguns, devem estar presentes nas defesas dos trabalhos acadêmicos. O registro para o trabalho de mestrado ou doutorado pode-se referir a alguns momentos do processo de pesquisa: por isso o compromisso do pesquisador com o grupo deve ser amplo, para além do trabalho acadêmico, é um trabalho de prática social.

A sexta etapa então vai se cumprindo, consolida-se com a prática pedagógica das espirais cíclicas, o pesquisador deve ir anotando as rupturas cógicas e emocionais que foram sendo produzidas, mas esta fase nem sempre termina com o final do trabalho.

7. Sétimo Passo: Registros, escritas e interpretações

Essa é uma fase de grande perplexidade e também de grande complexidade. Espero que tenham chegado a ela com muitos registros; o diário de bordo repleto de anotações; com as sínteses que foram sendo elaboradas em todo processo da sexta fase; com depoimentos dos participantes; com depoimentos de quem viu o trabalho acontecer; com as interpretações críticas dos sujeitos e com algumas evidências que mostram superações; rupturas; contradições; sentimentos. De posse de todo esse material o pesquisador deve tentar responder sua questão de pesquisa; identificar as principais categorias que foram trabalhadas; as divergências do grupo; os conhecimentos mais evidentes identificados. Sugiro que, em apêndice, os nomes dos sujeitos participantes sejam identificados assim como suas anuências para publicação do trabalho.

Finalizando a orientação aos pesquisadores iniciantes em pesquisa-ação:

1- Posso usar a pesquisa-ação?

Acredito que sempre que possível devemos utilizá-la. Se não totalmente, podemos sempre agregar os princípios da pesquisa-ação a outros procedimentos metodológicos. Assim, uma observação pode ser cada vez mais participante; uma entrevista pode ser cada vez mais dialógica e recorrente, tecendo com os sujeitos da prática as interpretações que surgem em contexto; as análises de dados podem se configurar como uma hermenêutica crítica que chama os sujeitos da prática a cooperar com as análises de questionários ou de observações; um estudo de caso pode incluir momentos parciais de partilha de significados e percepções; de depoimentos compartilhados; de análises coletivas. Então, nesses casos, eu não uso a pesquisa-ação como método; mas utilizo princípios epistemológicos de diálogo, partilha e coparticipação.

Você não deve utilizar a pesquisa-ação em condições de pouco tempo para realizá-la e também em situações em que os sujeitos da prática serão atropelados por sua pressa em concluir a pesquisa.

Deve-se tomar muito cuidado em fazer uma pesquisa em seu próprio local de trabalho e, principalmente, quando você, pesquisador não tem espaço institucional para produzir mudanças nos ambientes. Kurt Lewin (1970) considerava sempre a

importância dos espaços de movimentos livres que pudessem permitir espaços de deslocamento das culturas do grupo.

Você não deve fazer pesquisa-ação sem o conhecimento dos envolvidos no processo. Se for fazer pesquisa na instituição, será preciso espaço de permissão institucional; se isso não for possível, sugiro um espaço alternativo, fora da instituição de origem.

A presença e participação dos envolvidos na pesquisa requer presença voluntária e não pode uma pesquisa-ação conduzir-se por ‘cabresto’ institucional. Tem que ser participação por desejo, anuência e participação dos sujeitos. O como usar deverá ser discutido com a literatura e com conversas com o orientador.

2. Pesquisa-Ação Pedagógica

Tenho tentado aprofundar estudos em relação à PAPe (Franco, 2015;2016), ou seja, pesquisa-ação pedagógica, circunscrita a processos formativos de alunos e docentes. Essa PAPe organiza-se em estudos que fundamentam a pedagogia crítica, na perspectiva freireana, e esta forma de pesquisar em sala de aula, com os alunos, é um pouco mais flexível que a clássica pesquisa-ação, uma vez que ela possui como foco prioritário dar sentido às práticas docentes e buscar a participação de alunos nos processos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que, focaliza a produção de conhecimentos sobre a prática pedagógica de ensinar. No entanto, mesmo esta forma mais flexibilizada, requer espaços com *respiros* institucionais: ou seja, para ser pesquisa, deve estar incluída nos projetos da instituição, no comitê de ética; deve pressupor flexibilidade nos tempos e espaços escolares e pleno conhecimento dos participantes dos objetos e propósitos da pesquisa. Numa escola com horários rígidos, disciplinas estanques e pouca possibilidade de circulação de alunos fora da sala de aula, é impossível fazer pesquisa-ação, mesmo que apenas pedagógica. No entanto os ensinamentos da pesquisa-ação poderão favorecer uma aula pedagogicamente mais estruturada, mais adequada, mais dialógica e mais participativa. Mas não será pesquisa-ação. Será uma ação pedagógica!

Sim, é possível transformar uma ação pedagógica em pesquisa, mas daí será diferente: será preciso realizar uma meta-análise das aulas, com outras metodologias de pesquisa; talvez pesquisas narrativas; alguns possíveis estudos de caso; ou mesmo com acompanhamento contínuo e externo de observadores da prática; neste caso, a pesquisa se fará sobre os registros efetuados e assim, não será uma pesquisa-ação, mas uma pesquisa qualitativa sobre uma ação pedagógica realizada, em determinadas circunstâncias.

Enfim, tenho a certeza de que a pesquisa-ação é um procedimento valioso para a compreensão/transformação dos sujeitos e, em consequência, de suas práticas e de suas circunstâncias. Vale a pena se preparar para viver essa experiência!

Referências:

- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.
- LAVOIE, L. MARQUIS, D.; LAURIN, P. **La recherché-action: théorie et pratique**. (Manuel d'autoformation). Canadá: Presses de l'Université du Québec, 1996.
- LEWIN, K. **Action Research and minority problems**. Soc. Issues, II, p. 33-34. New York.1946. Artigo representado In: LEWIN, K. **Resolving Social Conflicts**. New York. Harpers and Brothers. 1948. Tradução brasileira. LEWIN, K. **Problemas de Dinâmica de Grupos**. São Paulo: Cultrix, 1970.
- MORIN, A. **Recherche-action en éducation: de la pratique à la théorie**. Rapport. Canadá: Université de Montreal, 1985.
- FRANCO, Maria Amélia; NOVAES, Marcos Bidart; PONTES, Rosana A. F. Facing resignation and silence: a transforming action-research experience in Brazil. **International Journal of Action Research (IJAR)**. Germany, v. 5, Issue 2, 2009.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. A Pedagogia da pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**. Vol.31, fascículo 3. p. 483-502. dez.2005. São Paulo 2005.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação e Prática Docente: possibilidades de descolonização do saber pedagógico. In: **Association Internationale pour la recherche interculturelle**. Diálogos interculturais: descolonizar o saber e o poder. Florianópolis. Anais. UFSC. 2009. v1. p.1-21.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-Ação: balizando princípios metodológicos. In: **Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante em Diálogo Internacional**. Danilo Streck, Emil A. Sobottka, Edla EGGERT (org.). Editora CRV. Paraná. 2014.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações, **Educação e Pesquisa**. v. 41, p. 601-614, 2015
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas colaborativas na escola: as possibilidades da pesquisa-ação pedagógica In: **Didática e práticas de ensino na realidade escolar contemporânea** [recurso eletrônico]: constatações. 1ª ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012 v.3, p. 883-900.
- MIRANDA, Marília Gouvea de; RESENDE, Anita C. Azevedo. *Sobre a pesquisa-ação e as armadilhas do praticismo*
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985

Sobre a autora:

Maria Amélia do Rosário Santoro Franco é Doutora em Educação pela USP (2001) e Mestre em Psicologia da Educação pela PUC-SP (1996). Realizou pós-doutorado com supervisão de Bernard Charlot (2011). É pesquisadora 2 do CNPq; pesquisadora do GEPEFE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação do Educador) na USP e docente pesquisadora no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação na Universidade Católica de Santos.

Recebido em: 15/09/2019
Aceito para publicação em 20.10/2019